

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.809.842 - SP (2019/0108315-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : JOSE VICENTE DO NASCIMENTO
AGRAVANTE : JOANA MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO : ALVARO HENRIQUE EL-TAKACH DE SOUZA SANCHES -
SP291391
AGRAVADO : AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
ADVOGADOS : ALESSANDRA SEMMLER MELO - SP366784
MARIA VALERIA FURLAN - SP373333

DECISÃO

Trata-se de agravo interno, interposto por **JOSÉ VICENTE DO NASCIMENTO E OUTRA**, contra decisão monocrática, acostada às fls. 298-300, que negou provimento ao recurso especial, sob o fundamento de o aresto recorrido encontrar-se em sintonia com a jurisprudência do STJ.

Em suas razões recursais, os agravantes alegam que, *ainda que se admita a criação de dois planos diferentes, um para funcionários ativos e outro para funcionários inativos, o valor do plano de inativos deve ser o mesmo do plano de funcionários ativos.*

Aduzem, ainda que, os agravantes não podem ser colocados em plano de saúde com valores distintos do plano de saúde para funcionários ativos da antiga empregadora.

A agravada, devidamente intimada, não apresentou impugnação.

É o relatório.

Considerando as razões apresentadas no agravo interno, tem-se que a decisão agravada merece ser reconsiderada.

Como relatado, a decisão ora agravada desacolheu o recurso especial da parte agravante, mantendo o acórdão proferido pelo Tribunal de origem por entender pela legalidade da opção da operadora de plano de saúde pela separação das categorias entre ativos e inativos.

Assim, o presente caso envolve a definição de quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei 9.656/1998, cujo tema foi afetado recentemente.

Contudo, semelhante discussão foi afetada pela eg. Segunda Seção, nos autos do **REsp n. 1.818.487/SP**, REsp n. 1.816.482/SP e REsp n. 1.829.862/SP, em acórdãos publicados em 5/11/2019, a serem julgados pelo rito do art. 1.036 do CPC/2015. Neste momento, convém destacar a ementa do acórdão do primeiro processo, salientando que as demais ementas possuem a mesma redação:

"PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS. EX-EMPREGADO E DEPENDENTES. APOSENTADORIA OU DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO RESPECTIVO PLANO. CONDIÇÕES ASSISTENCIAIS E CUSTEIO.

1. Delimitação da controvérsia: Definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.
2. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA JULGAMENTO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS."

(ProAfR no **REsp 1.818.487/SP**, Rel. Ministro ANTÔNIO CARLSO FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 29/10/2019, publicado em 5/11/2019)

Nesse contexto, tem-se que a questão discutida nestes autos está afetada ao rito dos recursos repetitivos, registrada como "Tema Repetitivo n. 1.034", e encontra-se pendente de julgamento.

Assim, é imperiosa a devolução dos autos ao Tribunal *a quo*, consoante determina o art. 256-L, I, do RISTJ, que assim dispõe: "*Publicada a decisão de afetação, os demais recursos especiais em tramitação no STJ fundados em idêntica questão de direito: I- se já distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem, para nele permanecerem suspensos, por meio de decisão fundamentada do relator*", para observância da sistemática dos recursos repetitivos.

Diante do exposto, dou provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão agravada, tornando-a sem efeito, e determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que, o recurso especial permaneça suspenso até a publicação do acórdão paradigma, nos termos do art. 1.037, II, do Código de Processo Civil de 2015, devendo ser analisado, em seguida, o procedimento dos arts. 1.040 e 1.041

Superior Tribunal de Justiça

do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator